

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

5/AEMT/CFETVL/2021- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – GESTÃO DE PROJETO “FORMAÇÃO DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” DO CFETVL

Nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 2.º, conjugado com a alínea a) do artigo 16.º, com o artigo 20.º e com o n.º 4 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta para **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – GESTÃO DE PROJETO “FORMAÇÃO DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” DO CFETVL.**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª	4
Objeto do Concurso.....	4
Cláusula 2.ª	4
Entidade Adjudicante.....	4
Cláusula 3.ª	4
Órgão Competente para a Decisão de Contratar	4
Cláusula 4.ª	4
Fundamentação da Escolha do Procedimento.....	4
CAPÍTULO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
Cláusula 5.ª	5
Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	5
Cláusula 6.ª	5
Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças Procedimentais	5
CAPÍTULO III - PREÇO.....	5
Cláusula 7.ª	5
Preço Base.....	5
CAPÍTULO IV – PROPOSTAS	6
Cláusula 8.ª	6
Documentos que Integram a Proposta	6
Cláusula 9ª	7
Idioma dos Documentos da Proposta.....	7
Cláusula 10ª	7
Propostas Variantes	7
Cláusula 11.ª	7
Prazo e Modo de Entrega das Propostas.....	7
Cláusula 12.ª	8
Prazo de Manutenção das Propostas.....	8
CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	8
Cláusula 13.ª	8
Análise das Propostas.....	8
Cláusula 14.ª	8
Esclarecimentos sobre as Propostas	8
Cláusula 15.ª	9
Motivos de Exclusão das Propostas.....	9
Cláusula 16.ª	9
Proposta de Adjudicação	9
CAPÍTULO VI – ADJUDICAÇÃO.....	9
Cláusula 17.º	9
Notificação da decisão de adjudicação	9

Cláusula 18.ª	9
Acesso à Informação	9
CAPÍTULO VII – HABILITAÇÃO, CAUÇÃO E CONTRATO	9
Cláusula 19.ª	9
Documentos de Habilitação	9
Cláusula 20.ª	11
Causas de não Adjudicação	11
Cláusula 21.ª	11
Outorga do Contrato	11
Cláusula 22.ª	11
Caução	11
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	11
Cláusula 23.ª	11
Prazos	11
Cláusula 24.ª	11
Legislação aplicável.....	11

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Concurso

1. O concurso tem por objeto a celebração de contrato de **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – GESTÃO DE PROJETO “FORMAÇÃO DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” DO CFETVL**.
2. O objeto do presente concurso insere-se na categoria 72224000-1 Serviços de consultoria em gestão de projetos – de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao vocabulário comum para concursos públicos, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74/2 de 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é o Agrupamento de Escolas Madeira Torres, (doravante designado por “**AEMT**”) contribuinte n.º 600085473, dotada de autonomia financeira, sita Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 2560-295 Torres Vedras, com endereço eletrónico geral@madeiratorres.com e para tramitação deste procedimento o email concursospublicos@madeiratorres.com.

Cláusula 3.ª

Órgão Competente para a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi autorizada por Deliberação de Conselho Administrativo datada de 23 de Abril de 2021 no quadro dos atuais estatutos, em conjugação, na parte aplicável, com o CCP (n.º 1 do artigo 36.º).

Cláusula 4.ª

Fundamentação da Escolha do Procedimento

O procedimento para a seleção de propostas para **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – GESTÃO DE PROJETO “FORMAÇÃO DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” DO CFETVL**, reveste a forma de ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 16.º, na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, e nos artigos 112.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (doravante designado por “CCP”).

CAPÍTULO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Cláusula 5.ª

Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta no AEMT, sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 2560-295 Torres Vedras, desde o dia do envio do presente convite.

Cláusula 6.ª

Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças Procedimentais

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas na qual o interessado identifica os erros e as omissões das peças procedimentais devem ser apresentados, por escrito, até ao termo do 1.º terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através do endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com conforme o disposto no n.º 1, do artigo 50.º, do CCP.
2. Os esclarecimentos são prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas e publicados através do endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões e as retificações das peças do procedimento serão efetuadas até ao termo do prazo (artigo 50, n.º5) fixado através do endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com, considerando-se rejeitados os que não sejam expressamente aceites até ao termo do referido prazo.
4. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência, conforme o disposto no n.º 9, do artigo 50.º, do CCP.

CAPÍTULO III - PREÇO

Cláusula 7.ª

Preço Base

Para o presente procedimento considera-se como preço base 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros) definido nos termos da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO IV – PROPOSTAS

Cláusula 8.ª

Documentos que Integram a Proposta

1. A proposta deve conter a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Convite do qual faz parte integrante.
2. A proposta deve ser elaborada, utilizando para o efeito o documento que contém os atributos (c.f. Anexo A)
3. A proposta, para além dos documentos exigidos nos números anteriores, deve ainda vir instruída com os seguintes elementos:
 - a. Nota justificativa do preço proposto;
 - b. Condições de execução do fornecimento / serviço;
4. Em caso de divergência entre os preços constantes da proposta, indicados por algarismos e por extenso, estes prevalecem para todos os efeitos sob os preços apresentados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, e para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Outros documentos que o concorrente considere relevantes em função do objeto do procedimento.
7. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados digitalmente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.
8. Nos casos em que o certificado digital não possa associar o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve submeter um documento indicando o poder de representação (nomeadamente certidão permanente atualizada onde conste os poderes para representar ou procuração).

Cláusula 9ª

Idioma dos Documentos da Proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Cláusula 10ª

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11.ª

Prazo e Modo de Entrega das Propostas

1. A proposta deverá ser apresentada no prazo de **5 dias** após notificação eletrónica do presente convite no endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com
2. A proposta e os documentos que as acompanham deverão ser entregues através do endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que acompanham a proposta, estirem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
4. O prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado:
 - a) A pedido do interessado e em casos devidamente fundamentados;
 - b) Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, no mínimo, pelo período equivalente ao do atraso verificado;
 - c) Quando as retificações ou a aceitação dos erros ou de omissões impliquem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, no mínimo, pelo período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo fixado para a apresentação das propostas até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
5. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia o interessado.

6. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

7. Nos casos em que o certificado digital não possa associar o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve submeter na plataforma eletrónica um documento indicando o poder de representação (nomeadamente certidão permanente atualizada onde conste os poderes para representar ou procuração).

Cláusula 12.ª

Prazo de Manutenção das Propostas

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula 13.ª

Análise das Propostas

A proposta é analisada e ordenada de acordo com os documentos definidos na cláusula 8.ª do presente convite.

Cláusula 14.ª

Esclarecimentos sobre as Propostas

1. O responsável pela direção do procedimento pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelo respetivo concorrente fazem parte integrante da proposta desde que não contrarie os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados no endereço eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com

Cláusula 15.^a

Motivos de Exclusão das Propostas

É excluída a proposta cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2, do artigo 146.º, do CCP.

Cláusula 16.^a

Proposta de Adjudicação

1. Após a análise da proposta, o serviço previamente designado para a direção do procedimento elabora fundamentadamente a proposta de adjudicação.
2. Caso se verifique algum documento desconforme, o serviço previamente designado para a direção do procedimento deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2, do artigo 146.º, do CCP.
3. Da proposta de adjudicação deve ainda constar, caso se aplique, referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

CAPÍTULO VI – ADJUDICAÇÃO

Cláusula 17.º

Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica o concorrente da decisão tomada, remetendo-lhe a proposta de adjudicação.

Cláusula 18.^a

Acesso à Informação

1. A Entidade Adjudicante obriga-se a disponibilizar, após a adjudicação, todos os dados que detenha e que sejam solicitados pelo adjudicatário no âmbito do presente procedimento e que sejam necessários à execução do contrato.
2. O adjudicatário compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, comprometendo-se igualmente a não a utilizar para outros fins.

CAPÍTULO VII – HABILITAÇÃO, CAUÇÃO E CONTRATO

Cláusula 19.^a

Documentos de Habilitação

1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário apresentará os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração referida na alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º, do CCP, conforme o Anexo II ao presente programa do procedimento;
 - a. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para a Segurança Social Portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou a indicação do Número de Identificação Fiscal (NIF) e do Número de Identificação da Segurança Social (NISS) de maneira a proceder-se à consulta na plataforma da Segurança Social (<http://www.seg-social.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais e no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme previsto na alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, ou a indicação do consentimento para consulta da situação contributiva na plataforma da administração fiscal (<http://e-financas.gov.pt>), ou se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.
 - d. Quando a lei exigir aos concorrentes a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o fornecimento objeto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo do mesmo.
 - e. Declaração de consentimento de tratamento de dados emitida c.f. anexo III ao presente programa de procedimento.
2. Caso os documentos de habilitação não sejam apresentados pelo adjudicatário, até ao termo do prazo fixado, poderá ser concedido, pela entidade adjudicante, novo prazo adicional não superior a 5 dias.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do n.º 1, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis destinados ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º, do CCP.
5. A não apresentação da documentação acima identificada dentro do prazo fixado, a sua desconformidade com as exigências legais em vigor, ou a não consideração dos

fundamentos apresentados pelo concorrente, nos termos da presente cláusula determina a caducidade da adjudicação.

6. Sendo declarada a caducidade da adjudicação, a Entidade Adjudicante adjudicará a proposta que tenha sido ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 20.ª

Causas de não Adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no artigo 79.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Outorga do Contrato

1. O contrato, a celebrar no âmbito do presente procedimento, será reduzido a escrito.

Cláusula 22.ª

Caução

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º, do CCP, não é exigida a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.ª

Prazos

Todos os prazos indicados no presente programa do procedimento cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se o regime previsto no CCP.

A Presidente do Conselho Administrativo

Rita João de Maya Gomes Sammer

Anexo_A_Atributos_Proposta

Anexo_I_art_57_CCP

Anexo_II_art_81_CCP

Anexo_III_RGPD